



NOTA PÚBLICA

REPÚDIO À AMEAÇA DO DNIT DE INICIAR OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA BR 135 EM MEIO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS DESRESPEITANDO O DIREITO A CONSULTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SANTA RITA

O Comitê Quilombola de Santa Rita e a Coordenação Nacional de Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), vem a público denunciar e repudiar as ameaças da autarquia federal Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), de iniciar obras de duplicação da BR 135 no trecho entre os municípios de Bacabeira e Santa Rita, no Maranhão, com impactos negativos em dezenas de quilombos, em meio à pandemia do coronavírus e desrespeitando os procedimentos da Consulta Prévia, Livre e Informada nos termos da Convenção n. 169 da OIT.

No dia 14/04/2020 o Comitê Quilombola de Santa Rita foi surpreendido com manifestação do Ministério Público Federal dando conta de que o DNIT propõe apresentar um plano para iniciar a obra da BR 135 em maio de 2020, o que é uma proposta absurda, não só porque se trata de levar trabalhadores aos territórios quilombolas em meio à pandemia do coronavírus, como desrespeita todas as tratativas firmadas de respeitar os protocolos de consulta das comunidades.

O conflito tem início em julho de 2017 quando o DNIT tentou iniciar a obra de duplicação da BR 135, oportunidade em que vários quilombos assistiram a chegada de trabalhadores em seus territórios sem que tivessem permissão e que logo foram impedidos de dar continuidade a obra, em 08/08/2017 as lideranças quilombolas oficiaram a autarquia solicitando para tratar da questão. A reunião ocorreu em 07/11/2017, oportunidade em que os quilombolas afirmaram a autarquia que esta não poderia dar continuidade ao projeto sem que houvesse a consulta.

Em 23/01/2018 o Comitê Quilombola formalizou Requerimento de Consulta Prévia ao DNIT, MPF e DPU, e em 08/02/2018 reuniu com a Fundação Cultural Palmares, oportunidade em que o órgão se comprometeu ao cumprimento da legislação vigente e que seria respeitado o direito de Consulta, ficando acordado, nesta oportunidade seria apresentado o formato em que as comunidades se considerariam legitimamente consultadas.

Em 29/03/2018 o Comitê oficiou à Fundação Cultural Palmares e a Defensoria Pública da União informando os requisitos para a Consulta, dando conta de como as comunidades se consideram legitimamente consultadas, e em 02/03/2019 o Comitê informou ao Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União que iniciara a construção do Protocolo Comunitário de Consulta nos quilombos de Santa Rita e Itapecuru-mirim, com assessoria técnica do Programa de Mestrado Nova Cartografia Social da Amazônia da UEMA.

Em 29/03/2019 a DPU mediou reunião com lideranças quilombolas e a Fundação Cultural Palmares oportunidade em que se reafirmou compromisso de realização da Consulta nos quilombos impactados.

Essas tratativas não podem ser desrespeitadas.

A possibilidade de duplicação da rodovia BR-135 já deixa os moradores dos quilombos em situação de aflição psicológica, temerosos pela incerteza do futuro, receosos da possibilidade de concretização de deslocamentos de famílias, o que atingiria as relações de vizinhança, de compadrio ou de parentesco construídas segundo as regras da cultura local e consolidadas por séculos.

A duplicação da rodovia dificultaria ainda mais a locomoção dos mais velhos para visitar parentes em comunidades cuja organização político-social é pautada por valores de respeito à ancianidade (e à ancestralidade). Há ainda o receio de destruição de igarapés, de poços, de cursos de água (fontes de vida e morada de mães-d'água), de terreiros, de árvores frutíferas e de assentamentos de encantarias.

Além de que os territórios já são invadidos por vários empreendimentos que impactam diretamente seus modos de vida, além da BR-135, diversas fazendas, linhas de energia elétrica, duas estradas de ferro e um aqueduto produzem os maiores impactos negativos, reduzindo o acesso à totalidade do território por parte dos quilombolas.

O município de Santa Rita tem cerca de 30 quilombos e no dia 19/04/2020 já contava com cinco casos confirmados de pessoas acometidas de Covid-19, bem como o município de Bacabeira conta com 01 caso confirmado, nos dois municípios o sistema público de saúde é precário, não contando com nenhuma UTI, os quilombos já estão em situação de vulnerabilidade que, com a pandemia, se agrava, sendo impossível ter nesse período qualquer reunião para discussão de consulta ou a presença de trabalhadores que estarão em risco e trazendo risco ao povo quilombola.

Deste modo, tentar iniciar obra na pandemia e sem consulta é consolidar um projeto ecocida e genocida!

São Luís, 20 de abril de 2020

Assinam esta nota:

1. Comitê Quilombola de Santa Rita
2. Coordenação Nacional de Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

Apoiam esta nota

1. Frente Parlamentar Mista do Congresso Nacional em Defesa dos Quilombolas
2. Deputado Bira do Pindaré (PSB-MA)
3. Deputado Damião Feliciano (PDT/PB)
4. Deputada Aurea Carolina PSOL/MG

5. Deputada Erika Kokay PT/DF
 6. Deputada Federal Benedita da Silva PT/RJ
 7. Deputada Fernanda Melchionna PSOL-RS
 8. Deputada Luíza Erundina (PSOL - SP)
 9. Deputada Sâmia Bonfim PSOL/SP
 10. Deputada Talíria Petrone - PSOL/RJ
 11. Deputado Carlos Veras (PT/PE)
 12. Deputado Assis Carvalho PT - PI
 13. Deputado Camilo Capiberibe - PSB Amapá
 14. Deputado David Miranda PSOL/ RJ
 15. Deputado Helder Salomão - PT/ES
 16. Deputado Ivan Valente (PSOL -SP)
 17. Deputado Marcelo Freixo (PSOL -RJ)
 18. Deputado Nilto Tatto (PT - SP)
 19. Deputado Glauber Braga (PSOL -RJ)
 20. Vereador Jancimauro Campos Albuquerque – (PC do B/Santa Rita/MA)
-
21. Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN
 22. ACQUILERJ - Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
 23. Afirmção Rede de Cursinhos Populares assina
 24. Afronte
 25. Agentes de Pastoral Negros - APNs
 26. Articulação dos Povos Índigenas do Brasil - APIB
 27. Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN
 28. Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA
 29. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais - AATR
 30. Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade /MG.
 31. Associação de Assessoria Técnica Popular em Direitos Humanos Coletivo Antônia Flor - PI
 32. Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Bascaran (CDVDH/CB)
 33. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT
 34. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA
 35. Centro de Formação do (a) Negro (a) da Transamazonica e Xingu - CFNTX
 36. Centro de Referência Negra Lélia Gonzales - CRENLEGO
 37. Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE/Rio Grande do Sul
 38. Coletivo Amazônico LesBiTrans
 39. Coletivo de Mulheres Negras "Maria-Maria" - COMUNEMA

- 40.Coletivo Enegrecer -TO
- 41.Coletivo Margarida Alves
- 42.Comissão Brasileira Justiça e Paz - CBJP
- 43.Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil - OAB/MA
- 44.Comissão Estadual dos Quilombos de Pernambuco
- 45.Conselho Estadual das Comunidades Quilombolas da Bahia
- 46.Conselho Pastoral dos Pescadores - BA
- 47.Coordenação das Articulações dos Povos Índigenas do Maranhão - COAPIMA
- 48.Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá
- 49.Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Mato Grosso do Sul
- 50.Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Mato Grosso
- 51.Coordenação Estadual das Comunidades Negras de São Paulo
- 52.Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo ‘Zacimba Gaba’ - COEQ
- 53.Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas/PI
- 54.Coordenação Estadual das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Ceará
- 55.Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná
- 56.Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul
- 57.Fórum Estadual de Religiões de Matriz Africana do Maranhão - FERMA
- 58.Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno
- 59.Frente Nacional de Mulheres do Funk
- 60.Grupo de Extensão Direito e Negritude UNDB/MA
- 61.Instituto Afrolatinas
- 62.Juntas - Coletivo Feminista
- 63.Juntos! - Coletivo de Juventude
- 64.Malungu – Coordenação das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará
- 65.Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
- 66.Movimento Camponês Popular - MCP
- 67.Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
- 68.Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
- 69.Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo - MTC
- 70.Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
- 71.Movimento Mulheres Camponesas - MMC
- 72.Movimento Negro Unificado – MNU
- 73.Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM
- 74.N’GOLO – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais
- 75.Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro - Maré (FD/UnB)

- 76.Núcleo Estadual de Mulheres Negras do ES
- 77.Observatório Protocolos
- 78.Processo de Comunidades Negras em Colombia
- 79.Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSSPA/UEMA
- 80.Rede de Mulheres Negras da Bahia
- 81.Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
- 82.Rede Emancipa de Cursos Pré Universitários Populares
- 83.Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
- 84.Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde - Renafro
- 85.Rede Sapata
- 86.Sapato Preto
- 87.TV Quilombo - MA
- 88.Uneafro Brasil
- 89.União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru
- 90.União de Quilombos de Anajatuba - MA (UNIQUITUBA)